

**O PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA DO INCRA: A
FORMAÇÃO DOS PRIMEIROS ASSENTAMENTOS DO CARIRI
PARAIBANO (1995 A 2001)**

Faustino Teatino Cavalcante Neto

Doutor, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

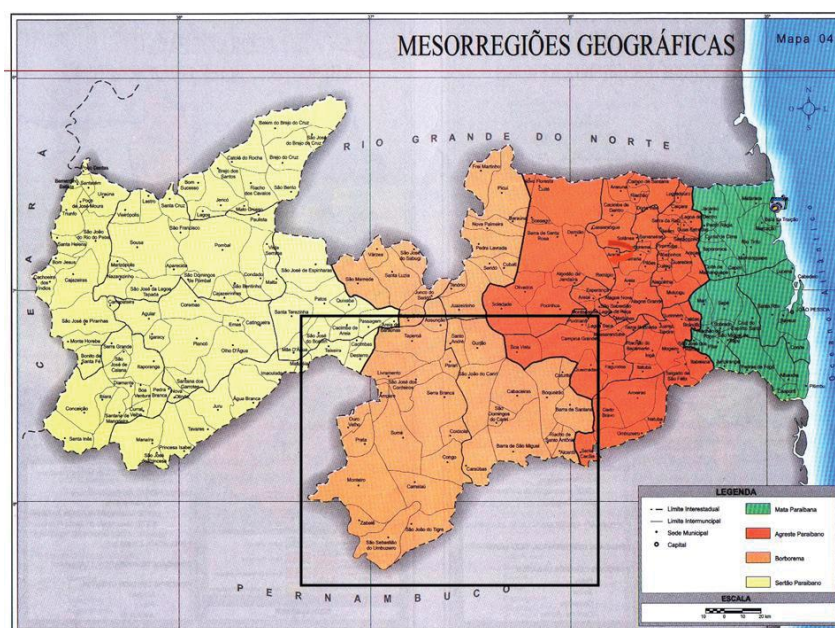
faustinoteatinoneto@gmail.com

RESUMO

O presente texto tem o propósito de apresentar o as principais considerações sobre o processo de formação dos primeiros assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária do INCRA no Cariri paraibano (1995-2001), considerando para tanto o colapso da grande propriedade rural com a crise da produção do algodão, que teve início com a queda dos preços do produto no mercado (anos 1970) e agravada com a praga do bicudo (a partir de 1985), bem como com o fim dos financiamentos da SUDENE; o avanço dos movimentos sociais do campo em nível nacional (MST, CUT, CPT); o papel dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais locais; e o modelo de Reforma Agrária de Mercado (programa de crédito fundiário e estímulo ao mercado de terras) adotado pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, ao longo de seus dois mandatos (1995 a 2003), que visou potencializar a comercialização de terras através do Banco Mundial, favorecendo o desenvolvimento do capital em meio a grande e média propriedade, e desmobilizar os movimentos sociais do campo e/ou conter os conflitos agrários. A base ideológica dessa política é o princípio neoliberal da eficiência do mercado como regulador da economia. Além disso, a “dinamização” do mercado fundiário era visto como a única forma de transformar a agricultura de subsistência em agricultura comercial. (Banco Mundial, 2002). Assim, a campanha pró-mercado de terras de FHC se materializou na reformulação da política de reforma agrária de matriz redistributiva a partir de programas de crédito fundiário para obtenção de terras: “Reforma Agrária Solidária” de 1996, “Cédula da Terra” de 1997, “Banco da Terra” de 1998 e “Crédito Fundiário” de 2001 (RESENDE e MENDONÇA, 2004). Trata-se de uma política de financiamento a transações imobiliárias entre agentes privados intermediada pelo Estado, acrescida de uma parcela variável de subsídio destinada a investimentos socioprodutivos complementares. (PEREIRA, 2006, p. 16). Constatamos que essa política agrária foi responsável pelo total de treze projetos de assentamentos no Cariri paraibano, todavia, verificamos também que essa dinâmica da questão agrária naquele espaço, que possibilitou acessos à terra aos dela historicamente excluídos, não significou a melhoria na qualidade de vida daquelas famílias assentadas, uma vez que a mesma visou apenas distribuir as terras da grande propriedade rural que se encontrava em profunda crise, no mesmo momento em que procurava potencializar a comercialização de terras através do Banco Mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Agrária, Assentamentos, Cariri paraibano.

O Cariri paraibano pertence à mesorregião Borborema e é composto por duas microrregiões: a do Cariri Oriental, que possui uma área total de 4.242,135 km² e está dividida em doze municípios¹ com uma população estimada em 66.344 habitantes; e a do Cariri Ocidental, que possui uma área total de 6.983,601 km² e está dividida em dezessete municípios² com uma população estimada em 127.274 habitantes (IBGE, 2016). Abaixo segue um mapa destacando a representação cartográfica dessa área.



Mapa 1 – Estado da Paraíba, com a microrregião do Cariri destacada.

Fonte: Rodriguez (1999)

Ao estudarmos a política de Reforma Agrária, nas microrregiões dos Cariris Ocidental e Oriental, levada a cabo durante o governo de Fenando Henrique Cardoso (1995-2001), identificamos treze projetos de assentamentos localizados em oito de seus municípios (Monteiro, São Sebastião do Umbuzeiro, Camalaú, Sumé, Cabaceiras, Coxixola, Prata e Amparo), totalizando 28.971,82 ha desapropriados e com 998 famílias assentadas. Abaixo segue um quadro geral apresentando o conjunto desse processo de desapropriação de terras no Cariri paraibano.

¹ São eles: Alcantil, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boqueirão, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Gurjão, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingos do Cariri e São João do Cariri.

² São eles: Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá e Zabelê.

QUADRO 01 - ASSENTAMENTOS DO CARIRI PARAIBANO (1993-2001)

Nº	Fazenda	Assentamento	Município	Área	Nº de Famílias	Desapropriação
01	Santa Catarina	Santa Catarina	Monteiro	2.789,5865	263	20/12/93
02	Estrela D'alva	Estrela D'alva	São Sebastião do Umbuzeiro	5.267,1695	77	20/10/97
03	Floresta	Novo Mundo	Camalaú	1.722,2039	87	13/11/97
04	Feijão	Mandacaru	Sumé	4.384,0508	118	14/07/99
05	Carrapateira - Palmatória	Beira Rio	Camalaú	761,5981	29	06/09/99
06	Ribeiro Fundo - Papagaio	Dos 10	São Sebastião do Umbuzeiro – Monteiro	2.133,8647	80	30/09/99
07	Pocinhos	Serra do Monte	Cabaceiras	5.128,0491	101	10/11/99
08	Caldeirão – Currais Novos	Boa Vista I	Coxixola	849,2168	31	10/11/99
09	Espinheiro – Água Doce I	Pinheiros	Coxixola	584,9429	19	10/11/99
10	Mandacaru – Água Doce II	Asa Branca	Coxixola	1.237,4662	34	10/11/99
11	Santa Catarina	Renascer	Prata	1.132,5450	57	10/12/93
12	Cachoeirinha	Eldorado dos Carajás	Camalaú	622,4969	16	27/12/00
13	Serrote Agudo	Serrote Agudo Zé Marcolino	Sumé - Prata - Amparo	2.358,6313	86	05/07/01

Quadro elaborado pelo autor do texto.

Para uma melhor compreensão sobre a localização espacial desses primeiros assentamentos do Cariri paraibano, apresentamos a figura que segue abaixo:

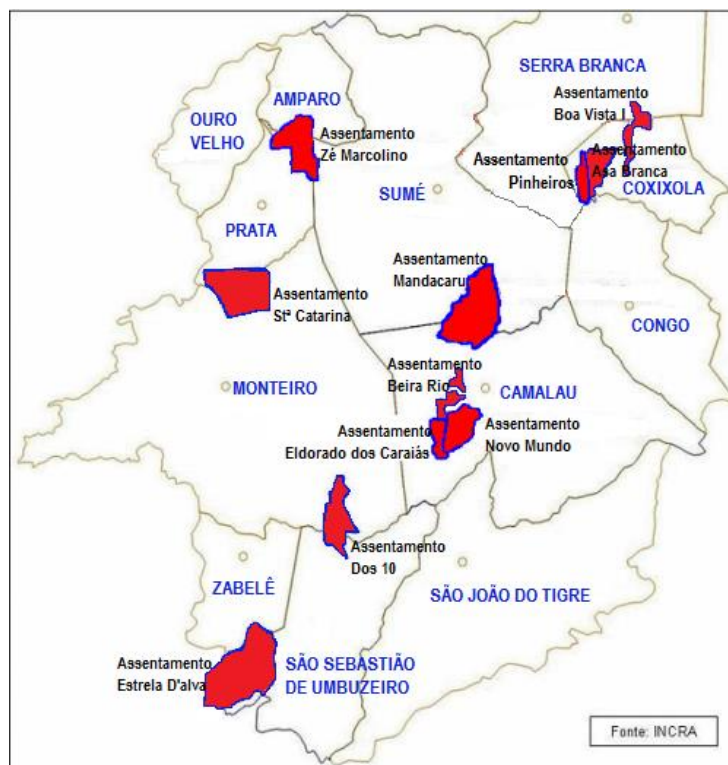


Figura 1 – Distribuição dos projetos de assentamentos no Cariri paraibano
Fonte: Adaptado de INCRA – PB e Caniello & Duqué (2006).

Moreira e Targino (2007) destacam que a questão agrária passou a ganhar destaque no Cariri paraibano com a crise da produção do algodão, que teve início com a queda dos preços do produto no mercado, nos anos 70, e agravada com a praga do bicudo, principalmente a partir de 1985. Para esses autores, o declínio da cotonicultura gerou uma crise no sistema de parceria tradicional entre o fazendeiro e o camponês. O algodão que se constituía a fonte de renda monetária do pequeno agricultor desapareceu e o fazendeiro buscou outras formas de valorização da terra, seja através da substituição do sistema parceria ou arrendamento pelo plantio de pasto artificial (capim buffel) e expansão da atividade pecuária, seja oferecendo a terra ao INCRA em troca de uma indenização compensadora (MOREIRA; TARGINO, 2007).

Analisando alguns autores que tratam sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)³ na Paraíba, notamos que todos são consensuais no sentido de o mesmo chegou nesse Estado ainda no final da década de 1980⁴. Oliveira (2009, p. 305), por exemplo, cita que a primeira ocupação de terras se deu no dia 7 de abril de 1989, quando então ele deu apoio a cerca de 150 famílias de trabalhadores rurais de nove municípios da região do Brejo paraibano que ocuparam a Fazenda Sapucaia, no município de Bananeiras, de propriedade do fazendeiro Camilo Oliver Cruz, com 2.400 ha.⁵

Uma vez despejados violentamente, aqueles camponeses permaneceram acampados nas proximidades daquela fazenda. Pereira (2011) destaca que a indiferença do governo em relação a desapropriação da área fez com que o MST organizasse outra ocupação, quando então aqueles se juntaram a outros e formaram um grupo de 320 pessoas com o propósito agora de ocupar a fazenda Maniçoba no município de Esperança. Em seguida ocorreu a ocupação da Fazenda EMEPA, em Campina Grande, de onde os camponeses também foram desarticulados e na busca de providências se alojaram na Praça da Bandeira, no centro dessa cidade, durante um período de aproximadamente quatro meses. Mas, o MST não parou com uma luta e mais uma terra

³ O MST surgiu em 1984, quando ocorreu o primeiro encontro do movimento em Cascavel, no Paraná, como uma tentativa de discutir e mobilizar a população em torno da concretização da Reforma Agrária.

⁴ Entre esses autores podemos citar: BATISTA, Geovânio Lima. **A luta pela terra e a Educação do Campo**: o caso do Assentamento Zé Marcolino, Prata – PB. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo). Universidade Federal de Campina Grande. Sumé, 2015; CANIELLO, Marcio; DUQUÉ, Ghislaine. Agrovila ou casa no lote: A questão da moradia nos assentamentos da Reforma Agrária no Cariri paraibano. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, nº 4, out-dez. 2006; LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária**: Processo de Organização dos Trabalhadores Rurais; Cascavel: edunioeste, 2003; _____. **A produção da ação coletiva no MST**: relações de poder e subjetividade. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007; MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no Semiárido paraibano. In: **Revista Nera**, Ano 10, Nº 10, Presidente Prudente, jan-jun 2007; OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. **Transformação das desigualdades de gênero?** Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de assentamentos do Cariri paraibano. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa, 2007; PEREIRA, Ernandes de Queiroz. **A Organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo**: do acampamento ao assentamento. Quais os desafios para a educação popular? Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007; _____. **A semente plantada**: Educação Popular e cultivo do realismo utópico nas áreas de assentamentos rurais. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013; e SILVA, Elton Oliveira da; FERREIRA, Eduarda de Lima; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. Reforma agrária no Cariri paraibano: o caso do Assentamento Estrela D'álva. In: **XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária, São Paulo**, 2009, p. 01-22.

⁵ Naquela primeira ocupação tinha gente de Alagoa Grande, Juarez Távora, Sapé, Mari, Guarabira, Píripituba, Belém, Bananeiras e Remígio. Cf. Pereira, 2007.

foi ocupada pelo movimento: a Fazenda Boa Esperança, no município de Boa Vista, onde passaram um longo tempo acampados sem que a área chegasse a ser desapropriada.

De acordo com Lazzaretti (2007), a partir de 1991, o movimento camponês na Paraíba passou a contar também com o apoio da CUT⁶ e a CPT⁷. Foi quando então entrou para a agenda do MST em nível nacional, que passou a desenvolver importantes estratégias educacionais e trabalhos de formação de lideranças junto aos camponeses sem-terra paraibanos. Para esse autor

(...) as duas entidades que mais contribuíram para a organização, apoio logístico e demais tarefas necessárias foram a CUT e CPT. A CUT apoiando diretamente nas ocupações, negociações jurídicas. A CPT, com atuação direta, desempenhando o papel mais importante em termos de defesa e organização dos trabalhadores rurais. (LAZZARETTI, 2007, p. 80).

Podemos assim dizer que essas primeiras experiências vividas pelo movimento camponês na Paraíba representam um o avanço significativo na retomada da luta pela terra. Foi a partir desse momento que se despontou uma série de novas ocupações por todo Estado, cujas ações desembocaram em várias áreas de assentamentos de reforma agrária do INCRA⁸ para os trabalhadores do campo.

Segundo Caniello e Duqué (2006, p. 633), o MST chegou nessa microrregião durante a década de 1990, quando então os trabalhadores rurais da região aprofundaram a luta pela reforma agrária. Para tanto, segundo esses autores, se devem considerar três fatores: “a consolidação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São Sebastião do Umbuzeiro, o avanço dos movimentos sociais do campo em nível nacional e a crise da grande propriedade rural no Cariri paraibano com o fim dos financiamentos da SUDENE”.

⁶ A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma entidade de representação sindical brasileira, fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora.

⁷ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e nascido em 22 de junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela CNBB e realizado em Goiânia (GO).

⁸ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, é uma autarquia federal, cuja missão prioritária diz ser executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Atualmente se encontra implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais. Cf. <http://www.incra.gov.br>

Para analisar a chegada do MST no Cariri, Batista (2015) também ressalta que se deve considerar a política agrária adotada pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, ao longo de seus dois mandatos (1995 a 2003). Esse governo foi marcado por forte aversão aos movimentos sociais do campo e os camponeses, sobretudo ligados ao MST, que sofreram fortes repressões. Procurando desarticular os movimentos sociais do campo e/ou conter os conflitos agrários, o governo lançou mão da política de Reforma Agrária de Mercado, com o programa Banco da Terra, que visava dois objetivos: potencializar a comercialização de terras através do Banco Mundial, favorecendo o desenvolvimento do capital em meio a grande e média propriedade; e desmobilizar os movimentos sociais da mística de ocupações de terras. Esse autor segue o entendimento de que

(...) o governo Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela presença do Estado na execução da política agrária, como também pelo fortalecimento da repressão aos trabalhadores, lideranças e organizações em luta pela terra, necessidade para o desenvolvimento nacional, aplicando-a apenas como política social compensatória e estimulando a Reforma Agrária de Mercado, orientada pelo Banco Mundial. (CARVALHO 2010, p. 405).

Sendo assim, o modelo de a reforma agrária criado durante os governos de FHC não foi entendido enquanto democratização do acesso à terra, melhorias na qualidade de vida e geração de empregos, mas em promover a distribuição de terras e controlar o poder dos movimentos sociais através da repressão e de decretos que tornavam ilegal a ocupação de terras.⁹

Foi nesse contexto que, em 20 de dezembro de 1993, ocorreu a desapropriação da Fazenda Santa Catarina, no município de Monteiro, sendo ela o primeiro assentamento da Reforma Agrária do Cariri paraibano.¹⁰ Todavia, Pereira (2007, p. 79) observa que:

Essa área se caracteriza mais como uma regularização fundiária do que um assentamento propriamente, tendo em vista que, após a morte do dono das terras, os moradores continuaram morando e trabalhando na propriedade. Posteriormente, as terras foram desapropriadas e foi concedida a emissão de posse de um lote para cada família, equivalente à área que costumava arrendar.

⁹ Cf. Medida Provisória 2.027/2000 “(...), a qual previa que o imóvel rural objeto de esbulho possessório não seria vistoriado nos dois anos seguintes à sua desocupação (...)”

¹⁰ A Fazenda Santa Catarina possuía uma área de 2789,5865 hectares, onde foram assentadas 263 famílias. Cf. INCRA.

Notamos que essa desapropriação não foi resultado da luta camponesa por terra e sim resultado de uma articulação levada a efeito entre INCRA e a prefeitura municipal de Monteiro que disseram pretender beneficiar os posseiros. De todo modo, foi com o Assentamento *Santa Catarina* que o Cariri paraibano começou a ganhar uma nova dinâmica em torno da questão territorial, uma vez que passou a ocorrer a conquista de terras pelos camponeses que antes viviam na condição semifeudal de moradores ou assalariados nas fazendas.

A segunda desapropriação de terras no Cariri foi a da fazenda Estrela D’Alva, em 20 de outubro de 1997, no município de São Sebastião do Umbuzeiro, dando origem ao assentamento de mesmo nome.¹¹ Essa ação foi resultado direto da mobilização promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município que apresentou uma demanda de desapropriação ao INCRA. Silva, Ferreira e Moreira (2009, p. 02) analisam que

(...) a origem deste assentamento também não está relacionada à resolução de um conflito social do campo através da ação desapropriatória do Estado, mas ao interesse do proprietário em negociar a terra com o INCRA e ao interesse do INCRA de alcançar a meta anual de desapropriação de terras e de assentamentos de população prevista para 1997 pelo Governo FHC para a Paraíba. Esse duplo interesse foi reforçado através da demanda formal de desapropriação do imóvel realizada ao INCRA pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, representando os pequenos produtores rurais. Esta demanda tinha como suporte o fato da fazenda ser improdutivo.

Já em 13 de novembro de 1997, ocorreu a luta bem-sucedida pela desapropriação da Fazenda Floresta, no município de Camalaú, dando origem ao assentamento *Novo Mundo*.¹² Caniello e Duqué (2006, p. 633) constatam que esse ano foi marcado pela entrada do MST naquela microrregião. Nesse sentido, Oliveira (2007, p. 62) destaca que “A história da Fazenda Floresta, hoje assentamento Novo Mundo, é caracterizada pela organização, ocupação e processos de resistências das (os) agricultores (as) e se insere, também, no contexto de luta pela reforma agrária no Brasil e no Estado da Paraíba”.

¹¹ A Fazenda Estrela D’Alva possuía uma área de 5.270,0 hectares, tendo o INCRA pago uma indenização de R\$397.810,00 aos proprietários. Nela foram assentadas 77 famílias. Cf. INCRA.

¹² A Fazenda Floresta possuía uma área de 1722,2039, onde foram assentadas 87 famílias. Cf. INCRA.

De acordo com o descrito por essa autora, essa Fazenda havia sido propriedade de um deputado, oligarca de Recife, comprada por este por meio de recursos oriundos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)¹³, que, posteriormente vendeu ao empresário parente seu de nome José Inácio da Silva. Tratava-se de uma fazenda que empregava de forma exaustiva um número de 200 camponeses que, apesar de serem assalariados, não tinham vínculos empregatícios e/ou contrato de arrendamento. Consta que

Na época da ocupação, as (os) agricultoras(es) foram informadas(os) pela Comissão Pastoral da Terra da Paraíba – CPT que a fazenda, há dez anos, havia sido considerada improdutivo pelo INCRA. A partir deste momento, um grupo de agricultores, agricultoras e alguns empregados da fazenda começou a participar das reuniões promovidas pela CPT para traçar as estratégias de ocupação. Segundo o presidente da associação do assentamento, a Associação dos Trabalhadores Rurais da Bacia do Açude Público, informado dos fatos, convidou a CPT para discutir a ocupação. A CPT descobriu que o proprietário havia arrendado parte da fazenda, pois sabia que esta seria ocupada a qualquer momento. (OLIVEIRA, 2007, p. 63).

A primeira ocupação dessa fazenda se deu em 29 de março de 1997, *Sábado de Aleluia*.¹⁴ Oliveira (2007, p. 63) descreve que naquele dia 105 famílias dos municípios de São Sebastião de Umbuzeiro, Monteiro, Sumé e Camalaú, em romaria com cânticos e rezas, ocuparam aquela terra.

De imediato as famílias ocupantes não encontraram resistência, mas, no início da noite, capangas a mando do fazendeiro as expulsaram. No dia seguinte (*Domingo de Páscoa*), 87 famílias voltaram a ocupar aquelas terras, sendo que, ao final da tarde, os capangas novamente expulsaram as famílias que se alojaram em galpões próximos. Na quinta-feira seguinte, homens armados cercaram as famílias e determinaram um prazo para saírem daqueles armazéns, mas elas permanecem no local. Os capangas retornaram na sexta-feira para mais uma ameaça e, no sábado, em número maior, usaram da força física e expulsam todas as famílias daqueles galpões.

¹³ Criada originalmente pela Lei 3.692, de 1959, a SUDENE veio substituir o modelo dos dois órgãos precedentes a ela (GTDN e Codeno). Seu principal objetivo dizia ser encontrar soluções que permitissem a progressiva diminuição das desigualdades verificadas entre as regiões geoeconômicas do Brasil. Para tal fim, foram engendradas ações de grande impacto, tais como a colonização do Maranhão, os projetos de irrigação em áreas secas, o cultivo de plantas resistentes às secas, entre outras.

¹⁴ O *Sábado de Aleluia* é o dia seguinte à *Sexta-Feira Santa* e anterior ao *Domingo de Páscoa*. É o último dia da *Semana Santa*, na qual os cristãos se preparam para a celebração da Páscoa. Nele se celebra o dia que o corpo de Jesus Cristo permaneceu sepultado no túmulo.

Oliveira (2007, p. 64) relata que, mesmo diante da repressão, as resistências continuaram e as famílias, com o apoio da CPT e do INCRA, deram início ao processo de negociação com o proprietário para a desapropriação da terra. Após oito meses de mobilização, organização e ocupação, a fazenda foi desapropriada, em 13 de novembro de 1997. Para esse processo

As (os) agricultoras (es) ressaltam a importância da CPT desde o início do processo de luta pela terra e da organização e formação política das(os) agricultoras(os). Também reconhecem a contribuição da Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba – FETAG e da Central Única dos Trabalhadores da Paraíba assim como do deputado Luis Couto em todo o processo da luta e conquista da terra. A posse foi comemorada com uma missa e uma festa. Para as agricultoras(es), o nome do assentamento “Novo Mundo” significa o início de uma nova vida, num novo mundo traduzido pela conquista da terra (OLIVEIRA, 2007, p. 64).

Dois anos depois, foram desapropriadas outras terras no Cariri paraibano: as da Fazenda Feijão¹⁵, em 14 de julho de 1999, no município de Sumé, dando origem ao assentamento *Mandacaru*; e as das fazendas Carrapateira e Palmatória¹⁶, em 06 de setembro de 1999, no município de Camalaú, dando origem ao assentamento *Beira Rio*.

Para Caniello e Duqué (2006, p. 633), a desapropriação da Fazenda Feijão consolidou a ação do MST no Cariri paraibano. Essa fazenda, localizada a 14 km da sede do município de Sumé, era um latifúndio de 4.393 hectares pertencente a José Lucas, que, após a sua morte, passou a ser administrada por sua família. A partir do momento que passou a ser considerada como uma área improdutivo, trabalhadores sem terras passaram a reivindicar a posse daquele chão.

De acordo com Dilei Aparecida Schiochet Apud Pereira (2007, p. 80), coordenadora do MST na Paraíba e que participou de todos os momentos de organização e mobilização dos trabalhadores para a ocupação daquela fazenda, naquele ano o movimento passava por um intenso processo de territorialização no Estado. Sobre isso, vejamos o que ela diz:

Nesse período de 98 no Estado da Paraíba nós começamos a ocupar os territórios, avançar nos espaços enquanto MST. Bom, essa ida pro Cariri, ela

¹⁵ A Fazenda Feijão possuía uma área de 4384,0508, onde foram assentadas 118 famílias. Cf. INCRA.

¹⁶ As fazendas Carrapateira e Palmatória possuíam uma área de 761,5981, onde foram assentadas 761,5981 famílias. Cf. INCRA.

foi uma ida solicitada, né? Principalmente por companheiros da região, pessoas ligadas ao movimento sindical, tipo o companheiro Bruno que tinha acesso ao Sindicato dos Correios e que tinha ligações fortes com Antônio na região e eles solicitavam muito a presença do movimento Sem-Terra na região, foi a partir dessa solicitação da própria região por haver vários latifúndios improdutivos é que o movimento definiu como decisão de consolidar o Movimento. Para nós o MST, a nossa forma de luta é a ocupação de terras, bom através desses contatos que já tinha de pessoas que conheciam a região, a direção do movimento nos deu essa tarefa de ir lá conhecer a realidade, verificar onde estavam os sem-terra e organizar os sem-terra. (PEREIRA, 2007, p. 80).

Entre setembro de 1998 a maio de 1999, a convite do funcionário dos Correios de nome Bruno¹⁷, alguns líderes do MST da Paraíba e de Pernambuco dedicaram-se a organizar os trabalhadores do Cariri para a ocupação de áreas ditas improdutivas pelo movimento e localizadas, sobretudo nos municípios de Monteiro, Sumé, Camalaú e circunvizinhança. Lazzaretti (2007) destaca que o trabalho inicial para a ocupação da Fazenda Feijão começou através de reuniões com grupos de famílias liderados por Bruno e pelo militante ligado ao Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais de Sumé-PB, Antônio Magro.¹⁸

Por esse período, o movimento começou um trabalho de base na região, identificando e convidando trabalhadores para reuniões para tratar sobre a problemática da Reforma Agrária, a função social das terras, a importância da união e organização entre os trabalhadores e sobre os vários latifúndios improdutivos do Cariri. O movimento só ganhou força na região depois que convenceu os camponeses de que a luta se tratava de cobrar direitos que todos tinham do Estado e não de tomar o que era dos outros como alguns imaginavam, já que muitos alegavam seu caráter em respeitar o alheio. Mas, o MST conseguiu convencer aqueles trabalhadores dizendo que o seu papel era exclusivamente em prol de combater a pobreza rural e de que o caminho mais simples seria ocupando terras improdutivas.

¹⁷ Bruno, natural de João Pessoa-PB, atualmente reside no sítio da família em Sumé. É membro do Sindicato dos Correios e por fazer parte do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), que comanda este sindicato e que tem como posição, segundo ele, o “apoio total à reforma agrária”, colaborou na organização e recrutamento de pessoas para a ocupação da Fazenda Feijão. Bruno também ajudou a organizar os trabalhadores rurais para ocupações nos municípios de Sapé e Santa Rita na Paraíba. Cf. LAZZARETTI, 2007, p. 236.

¹⁸ Antônio Magro hoje é membro do MST e por problemas internos ao movimento foi deslocado para a militância no estado de Pernambuco. Cf. LAZZARETTI, 2007, p. 236.

Todavia, a organização para a ocupação durou em torno de um mês em função de que muitas famílias que foram recrutadas para se organizarem para a ocupação não compareciam às reuniões de conscientização e trabalho de base, segundo a direção estadual do MST. Apesar de todo o trabalho de formação, no dia da ocupação, apenas 17 famílias compareceram.¹⁹ Para isso, a de se considerar que “Essa abstenção é fruto do medo, do assistencialismo, do clientelismo e do compadrio que sempre predominou na região” (PEREIRA, 2007, p. 82). De acordo com Dilei Apud Pereira (2007, p. 80),

Nós devemos ter mobilizado 60 famílias, tanto é que no dia foram as 17, as que já viram que não tinham outra alternativa de vida, possuir, matar, morrer. Isso reflete também o medo que as pessoas têm, principalmente do poder judiciário local, por que foi criado no imaginário do camponês que polícia é inimiga, polícia mata, polícia bate, realmente ela faz isso, mas como eles não têm essa experiência de que juntos podem combater a polícia, que juntos eles têm força, inclusive para enfrentar a polícia, ele precisa adquirir isso, então essa foi uma das dificuldades e também é um problema do clientelismo no Cariri, toda a região semiárida, mas o clientelismo prejudica porque as pessoas sempre quando tiver clientelismo ou assistencialismo por parte das prefeituras, essa relação entre patrão, entre dono da terra, essa relação de compadrio, por que geralmente os filhos, as pessoas que trabalham nessas fazendas pegavam os próprios donos como compadres, então isso tudo cria uma relação que dificulta o trabalhador entender que existe duas classes sociais por que vira uma relação muito amistosa entre dono da fazenda e sem terra, isso dificulta ele ir pro confronto.

O dia da ocupação, 21 de setembro de 1998, é considerado um marco na História agrária do Cariri paraibano, pois naquele momento um grupo de dezessete famílias quebrou com a cultura senhorial da dominação, da servidão e do silêncio que sempre imperou na região ao questionar a propriedade privada da terra pela primeira vez no município de Sumé. Tratava-se de uma segunda-feira e o Movimento escolheu esse dia por considerar como o mais estratégico, uma vez que é o dia da feira do município e, portanto, quando grande parte da população do campo se desloca para a sede do município. Assim, dois objetivos foram alcançados pelo movimento: encontraram o campo de ação esvaziado; e, a partir do momento em que a ocupação acontecia, a notícia se espalhava em meio aos envolvidos na feira semanal.

¹⁹ O acampamento era composto por trabalhadores urbanos e do campo oriundos de Sumé e de outros municípios do Cariri paraibano, sendo que os primeiros viviam nas periferias daquelas cidades e sobreviviam fazendo biscates e já os segundos viviam do trabalho alugado, da meação, do arrendamento e/ou eram moradores de fazendas. Cf. Pereira, 2007, p. 84.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Mandacaru (INCRA, 2001), trinta dias depois dessa primeira ocupação da Fazenda Feijão ocorreu o despejo daquelas famílias, sendo alegada a necessidade de fazer a vistoria. Depois disso

Os agricultores sem terra juntaram-se aos ocupantes da Fazenda Nova Floresta (hoje Assentamento Novo Mundo) durante um período de vinte dias, voltando novamente a ocupar as terras da Fazenda Feijão depois deste período e sendo novamente despejados, desta vez por ordem judicial. Ao sair da fazenda, passaram entre dez e quinze dias em um hotel abandonado na entrada da cidade de Sumé, voltando a ocupar a área até uma nova ordem judicial para que se pudesse fazer a vistoria. Após o término da vistoria (cerca de quinze dias) houve uma nova ocupação, estando os assentados até hoje dentro dos limites da fazenda. Com a imissão de posse em 22 de novembro de 1999, criou-se o Assentamento Mandacaru. (LAZZARETTI, 2007, p.235).

De acordo com os dados do INCRA, entre 1999 e 2000, ainda foram implantados mais sete assentamentos, a saber: o *Dos 10*, em Monteiro, em 30 de setembro de 1999; o *Serra do Monte*, em Cabaceiras, em 10 de novembro de 1999; o *Boa Vista I*, o *Pinheiros* e o *Asa Branca*, em Coxixola, em 10 de novembro de 1999; o *Renascer*, em Prata, 10 de novembro de 1999; o *Eldorado dos Carajás*, em Camalaú, em 27 de dezembro de 2000. No ano seguinte, em 05 de julho de 2001, foi assinado o decreto de desapropriação da Fazenda *Serrote Agudo*, localizada entre os municípios de Sumé, Prata e Amparo, dando origem ao assentamento *Zé Marcolino*.

Ao analisar os dados do INCRA identificamos que a política de Reforma Agrária levada a cabo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi responsável pelo total de treze projetos de assentamentos no Cariri paraibano. Todavia, constatamos também que essa dinâmica da questão agrária naquele espaço, que possibilitou acessos à terra aos dela historicamente excluídos, não significou a melhoria na qualidade de vida daquelas famílias assentadas, uma vez que essa política visou apenas distribuir as terras da grande propriedade rural, que se encontrava em crise com o fim dos financiamentos da SUDENE, no mesmo momento em que procurava potencializar a comercialização de terras através do Banco Mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. Llegando a los pobres de las zonas rurales. 2002.

BATISTA, Geovânio Lima. **A luta pela terra e a Educação do Campo**: o caso do Assentamento Zé Marcolino, Prata – PB. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo). Universidade Federal de Campina Grande. Sumé, 2015.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.027-38, de 4 de Maio de 2000. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.

CANIELLO, Marcio; DUQUÉ, Ghislaine. Agrovila ou casa no lote: A questão da moradia nos assentamentos da Reforma Agrária no Cariri paraibano. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, nº 4, out-dez. 2006.

CARVALHO, Lívia Hernandes. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. In: **Revista IDEAS**. Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, v. 4, n. 2, p. 395-428, 2010.

INCRA, Plano de Desenvolvimento do Assentamento Mandacaru, 2001.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária**: Processo de Organização dos Trabalhadores Rurais; Cascavel: edunioeste, 2003; _____. **A produção da ação coletiva no MST**: relações de poder e subjetividade. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no Semiárido paraibano. In: **Revista Nera**, Ano 10, Nº 10, Presidente Prudente, jan-jun 2007.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. **Transformação das desigualdades de gênero?** Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de assentamentos do Cariri paraibano. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa, 2007.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de; GARCÍA, María Franco. Movimentos sociais de luta pela terra e educação: organização espacial e territorial do MST na Paraíba. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.3, n.2. João Pessoa: DGEOC/CCEN/UFPB, 2009, p. 223-347.

PEREIRA, Ernandes de Queiroz. **A Organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo: do acampamento ao assentamento.** Quais os desafios para a educação popular? Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A política agrária do Banco Mundial em questão. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200024.

_____. **A semente plantada: Educação Popular e cultivo do realismo utópico nas áreas de assentamentos rurais.** Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

Rodriguez

RESENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luísa. As políticas do Banco Mundial para a estrutura fundiária brasileira. São Paulo: RSJDH, 2004.

SILVA, Elton Oliveira da; FERREIRA, Eduarda de Lima; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. Reforma agrária no Cariri paraibano: o caso do Assentamento Estrela D'álva. In: **XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária, São Paulo, 2009**, p. 01-22.